

**ATA DA 378ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CNPCP
REALIZADA NOS DIAS 24 e 25 DE OUTUBRO DE 2011.**

1
2
3
4 Aos vinte e quatro e vinte e cinco dias de outubro do ano de dois mil e onze, os
5 membros do Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária reuniram-se no
6 Tribunal de Justiça de Porto Velho/RO. Estiveram presentes o Presidente, Dr. Geder
7 Luiz Rocha Gomes; 1º Vice-Presidente; Herbert José de Almeida Carneiro; 2ª Vice-
8 Presidente; Valdirene Daufemback e os Conselheiros Alvinho Augusto de Sá; Carlos
9 Eduardo Japiássu; Erivaldo Ribeiro dos Santos; Fernando Braga Viggiano; Gisela Maria
10 Bester; Luiz Guilherme Mendes de Paiva; Maria Ivonete Barbosa Tamboril; Rodrigo
11 Duque Estrada; Pedro Sérgio dos Santos; Vitore André Zílio Maximiano. Estiveram
12 também presentes os seguintes participantes convidados externos: Alexandre
13 Cabana/DEPEN; Wylsima Zanuto; Tatiana Santos Rosa Ribeiro; Aline da Silva
14 Rodrigues; Bonfim Santana Pinto- Presidente do Conselho Penitenciário do Estado do
15 Tocantins/TO; Lamir Hericon Nasser; Maria Martins Barreto; Amanda da Silva;
16 Auxiliadora Esteve de Sousa – Coordenadora da Pastoral Carcerária; Maizânia Silva –
17 ASFARE; Sandra Monteiro Gomes – Juíza da VEP/RO. Justificaram ausência os
18 Conselheiros: Augusto Eduardo de Souza Rossini; Renato Flávio Marcão; José Laurindo
19 de Sousa Netto; Milton Jordão de Freitas Pinheiro Gomes; Suzann Flávia Cordeiro de
20 Lima. Na parte da manhã do primeiro dia de reunião realizou-se a Audiência Pública
21 sobre a situação atual do sistema penitenciário do Estado de Rondônia, com a
22 apresentação do Relatório de Inspeção Prisional que foi realizada nos presídios da
23 cidade de Porto Velho pelo Conselheiro Erivaldo Ribeiro dos Santos, juntamente com os
24 funcionários Rafael de Sousa Costa e Aline Gabriele da Silva. Esta sessão contou com
25 a presença das autoridades locais relacionadas à execução penal no Estado, familiares
26 de pessoas presas e entidades da sociedade civil organizada, sendo que houve muitos
27 debates e sugestões em prol da melhoria daquele sistema penitenciário. Na parte da
28 tarde a reunião teve sequência com os trabalhos ordinários do Conselho, tendo o
29 Presidente do CNPCP dado início à sessão comunicando que o Conselho cumpre mais
30 um compromisso firmado, desde quando assumiu a gestão desta Presidência, que era
31 fazer o Conselho percorrer todas as regiões do país, inclusive indo aos Estados onde
32 ainda não havia se feito presente. Em seguida realizou o empossamento de três novos
33 Conselheiros, a saber, a Psicóloga Maria Ivonete Barbosa Tamboril; o Defensor Público
34 Vitore André Zílio Maximiano e o Professor Universitário e Advogado, Dr. Pedro Sérgio
35 dos Santos, que retorna ao Conselho, sendo agora o novo Decano. Em seguida a

36 Conselheira Valdirene recolocou em discussão a Minuta de Resolução para estabelecer
37 diretrizes para a assistência religiosa nos estabelecimentos prisionais. Após discussão e
38 alterações propostas pelos conselheiros esta Resolução foi aprovada à unanimidade
39 dos presentes, passando a ter o número 08/2011. Em ato contínuo o Presidente do
40 CNPCP submeteu à apreciação dos presentes se o Conselho deveria iniciar ou não a
41 análise e as deliberações sobre a Minuta de Resolução da Arquitetura Penal, uma vez
42 que dada a extensão do documento e a profundidade das alterações a serem propostas,
43 bem como a complexidade da temática envolvida certamente não haveria tempo
44 suficiente para a finalização desta tarefa nesta reunião. Em votação, decidiu-se, por
45 maioria, iniciar-se este trabalho, ao mesmo tempo em que já se deliberou também a
46 realização de uma Reunião Extraordinária para dar seguimento em tal propósito, a
47 ocorrer no dia 07/11/2011. Ainda no contexto dos debates sobre este assunto o Diretor
48 De Políticas Penitenciárias do DEPEN, Alexandre Cabana, ressaltou que na gestão do
49 Governo Dilma a prioridade nesta área são as cadeias públicas e a criação de vagas
50 para penitenciárias femininas. Em seguida a Conselheira Valdirene passou a apresentar
51 a referida minuta de revisão da Resolução nº 3/2005 CNPCP, lembrando que
52 anteriormente foi formada uma comissão interinstitucional, por Portaria do CNPC, de
53 vinte e oito de julho deste ano, sendo que em agosto ocorreu a primeira reunião desta
54 comissão, em que foi proposta a alteração parcial desta Resolução, que foi apresentada
55 ao CNPCP na reunião de agosto, realizada no Rio de Janeiro/RJ, em que ficou
56 entendido que sozinhos os membros da Comissão não tinham condições de identificar
57 todas as necessidades de alteração da referida Resolução nº 03/2005, sendo
58 necessário iniciar-se mais um diálogo interinstitucional, desta vez com a ANVISA, com o
59 Ministério da Saúde, com o Ministério da Educação, com o Ministério das Cidades,
60 tendo sido feitos contatos com o Corpo de Bombeiros e com o CNJ, que também têm
61 essa discussão sobre arquitetura prisional. Após isto, realizou-se uma segunda reunião
62 desta Comissão, visando a apresentar nesta reunião uma proposta de texto, que passou
63 então a ser debatida pelos presentes. Em seguida abriu-se espaço para que os
64 Conselheiros recém-empossados se manifestassem. A partir das dezenove horas deu-
65 se a abertura do Primeiro Seminário Regional do CNPCP – Região Norte, contando com
66 palestras dos Conselheiros Alvinho Augusto de Sá, sobre o tema “Personalidade do
67 Crime”, e Carlos Eduardo Adriano Japiassú, sobre “Expansão do Direito Penal e
68 Superencarceramento”. Após, os Conselheiros foram brindados com uma apresentação
69 do grupo de Teatro Bizarus, formado por egressos do sistema penitenciário
70 rondonense, na sede do SEST/SENAT. No dia seguinte houve a continuação dos

71 trabalhos do Primeiro Seminário Regional do CNPCP para a Região Norte,
72 contemplando a participação ativa dos Presidentes dos Conselhos Penitenciários
73 Estaduais, dos Conselhos da Comunidade e de Patronatos, que tiveram a oportunidade
74 de debater os problemas e desafios comuns enfrentados em suas atividades, assim
75 como de trocar experiências diferenciadas de boas práticas na execução penal. Em
76 seguida, o Presidente do Conselho encerrou os trabalhos e agradeceu a presença de
77 todos. Para constar, lavrou-se a presente ata, redigida por nós, Jussara Isaac Ribeiro e
78 Roberto Dias de Sousa, e revisada por Gisela Maria Bester.

79

80

Geder Luiz Rocha Gomes

81

Presidente do CNPCP

82

Publicado no DOU, de 19/01/2012, pagina 27 – Seção 1 - ISSN 1677-7042 - 27 – nº 14.

83